

Saída do consumidor é a Constituinte

PELO MUNDO

Consumo é o mesmo, mas leis variam

Consumidor é igual em qualquer lugar. O que muda são as formas com que cada um é tratado ou defendido em seus direitos. Os participantes do 8º Encontro Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor conheceram, como vivem os consumidores da Espanha, Portugal, Cuba, Argentina e Equador. Até o dia 24, quando termina o evento, terão oportunidade de absorver as experiências de outros países como o Peru e Uruguai.

Portugal

Não há dúvida. Além da língua e certos costumes, herdamos também dos portugueses a morosidade da Justiça, o maior problema enfrentado pelos consumidores e entidades de defesa de Portugal. Naquele país, segundo o representante português no encontro, Manoel Estevão, há um Instituto Nacional de Defesa do Consumidor.

A partir daí, o Instituto faz uma avaliação dos problemas mais graves, separando-os por setores e níveis de dificuldade de atuação. O importante para os portugueses é participar o consumidor de todo o processo, começando pela informação de seus verdadeiros direitos. Um funcionário do órgão acompanha o cidadão ao local que o lesou, seja ele um comerciante ou um fabricante.

"Começamos por uma diversidade entre órgãos; muitos interferem, têm poder para isso, mas basicamente pensam diferente". E concluiu: "O poder econômico ainda causa espanto em Portugal. Como pode um consumidor que mal pode pagar um advogado, competir com um ou mais especialistas contratados pelas indústrias que procuram a defesa de seus erros?". A força acaba ficando com o que chamam de "piqueiros": não se consome o que não presta.

Espanha

Demonstrando grande orgulho pelo trabalho de defesa do consumidor, Ana Corses Pando, representante da Espanha, explicou que em seu país o consumidor tem seus direitos garantidos, sejam eles provenientes de instituições públicas ou privadas. Lá o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor funciona independente das chamadas "oficinas", pequenos órgãos municipais que educam, informam e defendem o cidadão.

As primeiras oficinas, segundo Ana, nasceram em 1982. Juntos ao conselho formado por vários órgãos, elas chegam a promover "julgamentos" de fraudes contra o consumidor, sem que seja preciso acionar a Justiça. São populares, funcionários do conselho, que irão analisar cada caso e, se for preciso, atuar como órgão executivo, aplicando multas e solicitando indenizações.

Na área de produtos alimentícios, a organização é ainda maior, não chegando a existir problemas de qualidade ou produtos lesivos à saúde. "O controle é rígido e nenhum consumidor se arrisca a adquirir qualquer produto que não possua a etiqueta de qualidade, batizada de "código alimentar".



Como resultado do Encontro, órgãos de defesa do consumidor levarão documento à Constituinte

Argentina leva a sério movimento

Talvez o momento político vivido nas últimas semanas pelos argentinos não faça desse país o melhor local para a sede da IOCU (Organização Internacional de Defesa do Consumidor). Um dos requisitos básicos para a implantação de um órgão regional é a existência de um governo estável. Ainda sim, a Argentina, está disputando o direito de sediar a entidade e, segundo seu representante, Horácio Akiyoshi, lá o movimento é levado muito a sério.

As entidades de defesa do consumidor, na Argentina, estão vinculadas ao Ministério do Comércio Interior, que subsidia projetos e experiências em relação aos direitos dos cidadãos, bem como o controle da qualidade de bens e alimentos. "No fundo, os problemas são parecidos com os do

Brasil; a justiça é morosa e há um desprezo às normas de qualidade de certos produtos. As campanhas educativas são realizadas através de boletins informativos e programas pela TV", diz Horácio.

Na Argentina existe o código alimentar nacional, que estabelece limites de preços e normatiza o mercado. Quem estabelece os preços básicos é o mercado central e os valores podem ser acrescidos em até 25 por cento, no caso de vendas no varejo e, principalmente, por pequenos comerciantes. Dois anos após a implantação do Plano Austral, segundo Horácio, o custo de vida hoje é alto. Os assalariados argentinos recebem uma média de 100 dólares mensais, cerca de Cz\$ 3 mil.

Comparando as fases de im-

plantação Cruzado/Austral, Horácio considerou o período argentino mais ameno. "A crise no abastecimento aconteceu, porém não como no Brasil. Os consumidores argentinos parece que levaram a mudança mais a sério", comentou. Agio, para ele, é sinônimo de manobras comerciais e não teve muito sucesso na Argentina.

Uma das reclamações maiores das 10 entidades de defesa do consumidor existentes no país é a superior qualidade dos produtos exportados, o que, segundo ele, deve acontecer na maioria dos países — "mandar para fora o que há de melhor". Para os infratores do comércio ou da indústria, os julgamentos são realizados em seus respectivos municípios.

Cuba: congelamento dura 25 anos

Os representantes de Cuba, Eugenio Rodrigues e Orlando Alarcón Lago, foram os participantes mais procurados do encontro. Todos queriam conversar, trocar ideias e discutir ideologia, saber mais sobre esse país que agora volta a manter relações diplomáticas com o Brasil. Para o consumidor, o interessante é saber que na Ilha os preços de produtos básicos de alimentação estão congelados desde 1962.

Segundo Eugenio Rodrigues, o poder aquisitivo da população é alto e o desemprego ou subemprego não existe. A mulher compõe cerca de 40 por cento da força de trabalho no campo e é a grande fiscalizadora da qualidade dos bens e alimentos consumidos pela população.

Gastos com educação e saúde não existem, o que não significa deficiência desses serviços. Comprar medicamentos só mesmo nas farmácias, contou



Eugênio Rodrigues

Eugênio, já que, quando internados, os pacientes recebem todo tipo de assistência. Na área de habitação, os

problemas também são poucos; o sistema é semelhante ao leasing, onde o morador paga as mensalidades durante 20 anos, tornando-se proprietário definitivo do imóvel após esse período.

As entidades de defesa do consumidor, em Cuba, são governamentais e possuem autonomia para suas campanhas e trabalhos junto à população. "É um serviço eficaz e confiável", segundo os representantes desse país. Quanto aos preços, quando o governo deseja inibir o consumo, eles recebem um reajuste elevado, como é o caso do cigarro e de bebidas alcoólicas.

A propaganda tem atenção também especial — horários e veículos são estudados a fundo antes de divulgados a certas faixas etárias da população. Tudo isso não quer dizer, segundo eles, que não exista o mercado paralelo, o que chamam de "livre". Mas quando qualquer preço afeta o bolso do consumidor ou é considerado irreal em relação ao produto, a população não hesita em boicotá-lo.

Equador absorve as experiências

De todos os países da América Latina, o Equador é o que apresenta o movimento de defesa do consumidor mais recente — um ano. Segundo seu representante, Alfonso Campos, a intenção em se formar o órgão surgiu depois que a ONU elaborou as diretrizes dos direitos do consumidor.

"Vim aqui mais para aprender do que para transmitir minhas experiências". Assim Alfonso definiu sua participação no encontro. Em seu país, o principal problema diz respeito aos alimentos, entregues à

população em condições inadequadas, sem o cumprimento das normas técnicas de saúde. O controle de qualidade é precário e os problemas com pesos e medidas são constantes.

Por isso, o Brasil já iniciou o processo de intercâmbio de serviços, e em breve enviará ao Equador técnicos do Inmetro e do Procon, que proporcionarão assistência técnica e promoverão treinamento de funcionários das entidades civis e governamentais de defesa do consumidor.



Alfonso Campos

Especulação atinge brinquedos

Conchita Rocha

A diferença de preços de eletrodomésticos e brinquedos nas diversas lojas de Brasília, alcançou índices alarmantes nos últimos meses. Com o ressurgimento da lei de oferta e procura, veio também a especulação. Para comprar mais barato o consumidor tem que andar bastante e pode se surpreender ao verificar variações de preços absurdas de até Cz\$ 23 mil no mesmo produto, vendido em lojas diferentes.

Este é o caso do carro Maximus da Estrela. Ele está sendo vendido na Sears a Cz\$ 26 mil e no Ponto Frio Bonzão — com a única diferença de não trazer o lacre da caixa — por Cz\$ 6 mil e 200. Esta discrepância pode ser encontrada em toda a linha de brinquedos das lojas, mas a Sears, definitivamente, tem os preços mais salgados.

O setor de carrinhos pode agradar e muito à garotada — é um dos mais completos — mas, com certeza, os pais não podem dizer o mesmo. O carrinho Missil está sendo vendido na loja a Cz\$ 719,00 enquanto que na Loblás pode ser encontrado a Cz\$ 239,00 e no Ponto Frio — pasmem! — por Cz\$ 79,00. O boneco ThunderCats também pode ser encontrado por 2 preços distantes. Na Sears, é vendido a Cz\$ 549,00, na Loblás a Cz\$ 375,00 e no Jumbo a Cz\$ 99,00.

Es mamães não terão trabalho só na hora de escolher brinquedos para meninos. As bonecas têm valores igualmente diversos nas lojas. Dois exemplos claros são o das mimosas Bebê Chupetim e Nana Nenem. A primeira está na Sears por "módicos" Cz\$ 2 mil 750 e na Loblás, por Cz\$ 2 mil 200. No Ponto Frio, pode ser adquirida a Cz\$ 990,00. A Nana Nenem, pode ser embalada pelas meninas a

preços menores e também contrastantes: Cz\$ 1 mil e 90 na Sears, Cz\$ 899,00 na Loblás e Cz\$ 280,00 no Ponto Frio.

Algumas mães assustadas, apontavam nas prateleiras das lojas o aumento de preços depois da liberação. Dona Mercedes da Silva, costureira, procurava uma boneca para sua filha que faz aniversário daqui a uma semana. "Eu comprei esta mesma boneca — bebê moranguinho — para minha filha há cerca de dois meses e ela custava Cz\$ 465,00". O desconsolo da compradora, era justificado pelo atual preço da boneca: Cz\$ 1 mil 450 na Sears e Cz\$ 1 mil 200 na Loblás.

Eletrodomésticos

Mas nem só de brinquedos vivem lojas e compradores. O certo é que, os eletrodomésticos também entraram para o rol dos produtos com preços liberados. Também nestes produtos a Sears leva o troféu dos maiores preços. A geladeira Consul de 340 litros está sendo oferecida em suas lojas a Cz\$ 8 mil 700. No Ponto Frio, ela está a Cz\$ 7 mil 490, na Arapuá a Cz\$ 8 mil 500 e no Jumbo a Cz\$ 6 mil 990. Já a máquina de lavar da marca Brastemp está custando Cz\$ 14.950 na Sears, Cz\$ 10 mil 900 no Ponto Frio, Cz\$ 10 mil 500 no Jumbo e Cz\$ 10 mil 420 na Arapuá.

As bicicletas também foram atingidas pela volta da lei de oferta e da procura. A Caloi Barra Forte é um exemplo. Na Sears ela está à venda por Cz\$ 5 mil 590, no Jumbo a Cz\$ 4 mil 780, na Arapuá a Cz\$ 3 mil 450 e no Ponto Frio a Cz\$ 3 mil 389. Os televisores também entraram no barco da divergência de preços. Um Sharp de 20 polegadas está exposto no Ponto Frio por Cz\$ 21 mil 63, na Arapuá por Cz\$ 15 mil 345 e no Jumbo por Cz\$ 15.500,00.



No dos brinquedos, a variação atinge níveis absurdos

Márcia Seixas

As entidades representativas do consumidor brasileiro — em torno de 40 órgãos — discutiram e aprovaram a elaboração e entrega de um documento à Assembléia Nacional Constituinte, com 45 mil assinaturas, em que estão expostos os anseios e direitos do consumidor, que ele deseja ver inseridos na nova Carta Magna do país.

Durante quatro dias, mais de 250 representantes de 40 entidades discutiram, no Centro de Convenções, em Brasília, assuntos polêmicos que envolvem o consumidor brasileiro, no 8º Encontro Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor, que aconteceu entre os dias 21 e 24 deste mês. O tempo foi curto para a exposição dos problemas, métodos de divulgação e concretização das ideias colocadas. Mas, segundo Elisa Martins, diretora do Procon-DF e organizadora do evento, todos os objetivos foram plenamente alcançados.

Fórum

Para que os trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte sejam acompanhados pelas entidades de defesa do consumidor, a comissão organizadora do encontro optou pela formação de um fórum permanente, uma entidade informal que se reunirá periodicamente. Participarão desse fórum representantes de entidades e associações de todo o país, com o objetivo de unificar os trabalhos e trocar com maior frequência experiências, informações e ideias. Para Elisa, o mais importante é unificar os projetos em ações conjuntas, o que levará o movimento brasileiro de defesa do consumidor a adquirir maior força.

As primeiras ideias de trabalho conjunto referem-se à lei do inquilinato e a produtos contaminados, como por exemplo leite em pó, suco de frutas em garrafa e gelatina — os casos mais recentes.

A primeira reunião do fórum acontecerá em Brasília, na primeira semana de junho, quando se escolherá a data para o encontro nacional do próximo ano, em Recife.

Constituinte

O ponto alto do encontro foi

Saúde: preocupação principal

A saúde do consumidor e o controle de qualidade dos alimentos foram pontos fundamentais do 8º Encontro Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor, que contou também com a participação de representantes de países latino-americanos e do Caribe, além da Espanha e Portugal. Em nome da América Latina falou José Vargas, que pretende implantar no continente a sede regional da IOCU (Organização Internacional de Defesa do Consumidor).

O órgão nasceu na década de 30, nos Estados Unidos, quando a crise no abastecimento era grande e o consumidor norte-americano necessitava de um movimento que lutasse por seus direitos. Depois, foi a vez da Europa, com as entidades sendo criadas nos países desenvolvidos e industrializados. Hoje — existem 150 órgãos em 50 países, nos cinco continentes — a América Latina é lembrada e seus países se unem na luta a favor do consumidor.

Para Vargas, a IOCU enfrenta o maior desafio de sua existência, ou seja, o problema mais grave da América Latina, que é a fome e a subsevivência, onde o consumidor mal tem condições de se alimentar e muito menos de procurar seus direitos. Vargas lembrou também que a predominância de indústrias estrangeiras nos mercados nacionais foi um fator importante para o nascimento de um movimento em defesa do consumidor.

"Até o ano 2000, a América Latina terá 200 milhões de pessoas carentes, na proporção de uma pessoa pobre cada quatro habitantes". Na área rural, o problema é inúmeras vezes maior, ressaltou o

representante da IOCU. Apesar desses dados, Vargas afirmou que há recursos financeiros suficientes para acabar com os problemas, desde que haja distribuição de renda adequada.

O uso irracional de medicamentos no Brasil são 28 mil registros; a alimentação infantil, que hoje afeta 50 por cento das crianças até cinco anos; a aplicação indiscriminada de agrotóxicos e pesticidas, da qual a agricultura depende cada vez mais, constituem-se nos pontos fundamentais a serem inicialmente atacados pelo movimento latino-americano de defesa do consumidor. Um primeiro exemplo de vitória para a IOCU, na Europa, foi a suspensão da propaganda do Leite Ninho, que anunciava ser seu produto melhor que o leite materno.

Intercâmbio

A troca de boletins informativa, na opinião de Vargas. Para isso, convênios já estão sendo feitos. O Brasil enviará técnicos do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia) e do Procon ao Equador. A Espanha enviou ao Brasil cópia da legislação espanhola sobre a defesa do consumidor. Além disso, novos encontros e seminários já estão sendo programados para a discussão de assuntos polêmicos. O primeiro deles será realizado em Montevideo (Uruguai), em julho de 1988, quando 15 países aprofundarão o tema "Saúde". Depois, será promovido um curso, pela IOCU, sobre alimentação infantil, onde representantes dos países interessados serão treinados e preparados para introduzir as inovações em suas respectivas regiões.

Carta de Brasília

Depois de muita discussão sobre sua elaboração, o encontro foi concluído com a votação do conteúdo da Carta de Brasília, que apresenta a todas as autoridades que participaram do evento e aos Constituintes que se comprometeram com a defesa do consumidor propostas concretas e sérias sobre o consumo no Brasil. A principal proposta sugere que uma comissão, tirada desse encontro, participe dos trabalhos na Constituinte.

Os assuntos de dívida externa e reforma agrária não foram esquecidos. Os participantes solicitaram uma redefinição do tratamento dado pelo governo à questão, com a suspensão do pagamento dos juros da dívida, na opinião da maioria. "Já pagos a altos custos". Quanto à reforma agrária, todos entendem que essa é o único caminho para se reduzir o quadro de miséria e marginalidade do povo brasileiro.

Um dos assuntos que realmente sacudiram o Centro de Convenções foi o pedido de afastamento imediato do ministro da Saúde, Roberto Santos considerado "irresponsável" pelos recentes acontecimentos (pressões) que o levaram a liberar os sucos de frutas em garrafa comprovadamente contaminados por excesso de dióxido de enxofre.

Preço é esquecido no debate

Ofuscado pelo alarmante problema da baixa qualidade dos alimentos consumidos pela população brasileira, debatido no 8º Encontro Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor, o preço, o grande vilão do bolso e dos orçamentos domésticos, foi lembrado uma única vez nos debates, quando o presidente da Codeplan, Leandro Amaral, alertou para o gatilho dos preços industriais, que reajustará os valores dos produtos sempre que a inflação alcançar 20% nos custos de produção.

Mesmo a Sunab, que foi reativada com a implantação do Plano Cruzado e que durante um ano foi o órgão fiscalizador mais importante do país, ou pelo menos o mais falado, não participou do encontro. Pelo Distrito Federal, o delegado Paulo Guimarães não esteve presente um dia sequer, enviando um fiscal para representá-lo. Ainda assim, ele apenas assistiu às palestras e debates e nada pôde declarar em nome da Sunab.

Quem falou sobre o órgão e sua ausência foi a ex-delegada da Sunab em São Paulo, Marilena Lazzarini, que comparou: "Quando penso na Sunab, vejo uma velha gorda, sentada em uma cadeira de rodas, fazendo tricô e que repente lhe deram uma sapatilha de